

# OCUPAÇÃO PLANEJADA DA TERRA NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO XINGU: DA COLONIZAÇÃO OFICIAL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Gilberto de Miranda Rocha

Geógrafo. Dr. em Geografia Humana. Prof. da Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente(NUMA-UFPA)

**RESUMO:** Neste trabalho, busca-se relacionar a ocupação planejada da terra à urbanização do território e ao processo de municipalização. Tomando-se como referência a Região de Integração do Xingu, em especial na faixa da rodovia Transamazônica examina-se o modelo de colonização oficial, urbanismo rural e o processo recente de emancipação político – administrativa – criação de novos municípios, como parte do movimento de consolidação da ocupação e de ordenamento do território.

**PALAVRAS-CHAVES:** Assentamentos, INCRA, Transamazônica, Xingu.

## Introdução

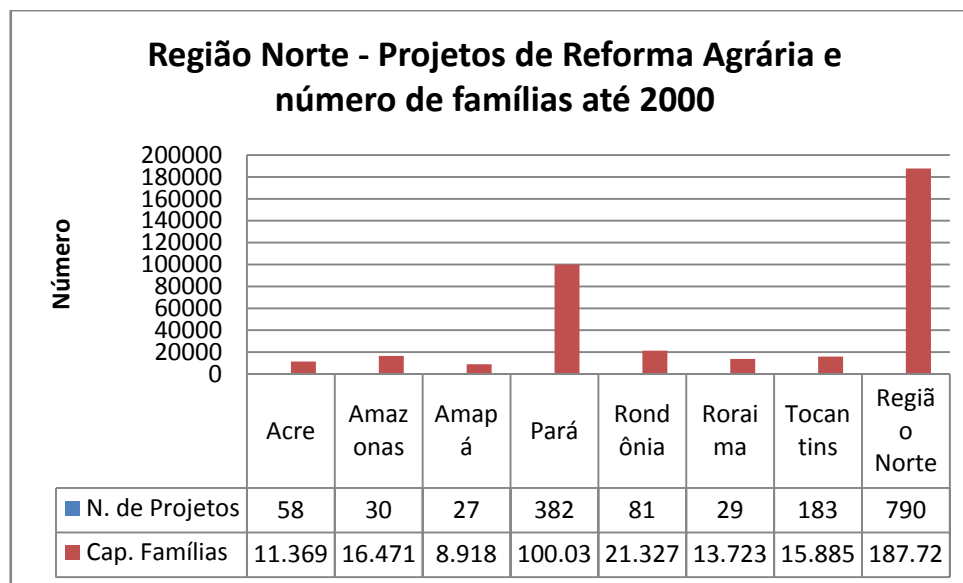
A ocupação planejada da terra constitui parte da política agrária brasileira. Colonização dirigida, projetos de assentamento, projetos de desenvolvimento sustentável e mais recentemente projetos agroextrativistas são algumas das denominações comuns nos diversos modelos de acesso a terra existentes na política de desenvolvimento agrário do país. Dados do INCRA(2001), atestam que a região norte possui 1.718 assentamentos: Projetos Integrados de Colonização(Pic's), Projeto de Assentamento Conjunto(Pac's), Projetos de Assentamento(Pa's), Projeto de Desenvolvimento Sustentável(Pds), Projeto Agroextrativista(Pae) e outros modelos distribuídos em 326 municípios. Até 2000 (gráfico 1) o estado do Pará apresentava 382 projetos de reforma agrária. Hoje, se destaca com 906 assentamentos que representa 52,73% da região e 11,14% do total nacional. É também o estado que mais tem famílias assentadas. São 24,22% de todas as famílias assentadas no país. Esse número é maior do que a quantidade de famílias assentadas na soma das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em relação à área dos assentamentos o Pará fica apenas atrás do estado do Amazonas.

Esse quadro de planejamento da ocupação das terras na região Norte do Brasil reflete ações que remontam o final da década de 1960 e início da década de 1970. A “Operação Amazônia”, lançada em 1968, foi um marco na medida que proporcionou a redefinição do arcabouço institucional na região. A criação do INCRA é exemplo do novo quadro institucional erigido com esse objetivo.

Em 1970, pelo Decreto-Lei nº 1.106, foi criado o Programa de Integração Nacional – PIN, com a finalidade de financiar a construção de infraestrutura nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste(SUDENE), e promover a rápida integração do Nordeste e da Amazônia à economia e à estrutura espacial nacional. Igualmente, pelo Decreto nº 1.164/71, foram tomadas, como indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada margem das rodovias, construídas, em construção ou projetadas, integrantes do Plano Rodoviário Nacional e do Fundo de Integração Nacional.

A federalização do território, no Pará, açambarcou 66,26% do território estadual. Numa primeira etapa do Programa de Integração Nacional (PIN) foi construída a rodovia Transamazônica e, além disso, implantados Projetos Integrados de Colonização - PICs ao longo da rodovia. Para tanto, o Decreto Lei n.º 68.443/71 determinava, como de interesse social, para fins de desapropriação, as terras de propriedade particular situadas na Transamazônica, no trecho entre Altamira e Itaituba, configurando um polígono de 64.000 km<sup>2</sup> de área para ocupação por pequenos produtores.

A implantação do projeto integrado de colonização de Altamira estabeleceu um padrão de povoamento do território em que se associava o assentamento de colonos nos lotes rurais e em lotes urbanos no plano urbano-rural previsto. É preciso, todavia, lembrar que, tendo como objetivo amenizar as pressões populares por reforma agrária, os assentamentos rurais surgem ainda em 1964, com a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra. Após esse período, ao longo de sucessivos governos, militares ou não, os projetos de Assentamento constituíram modelos de ocupação para todo o território no país.



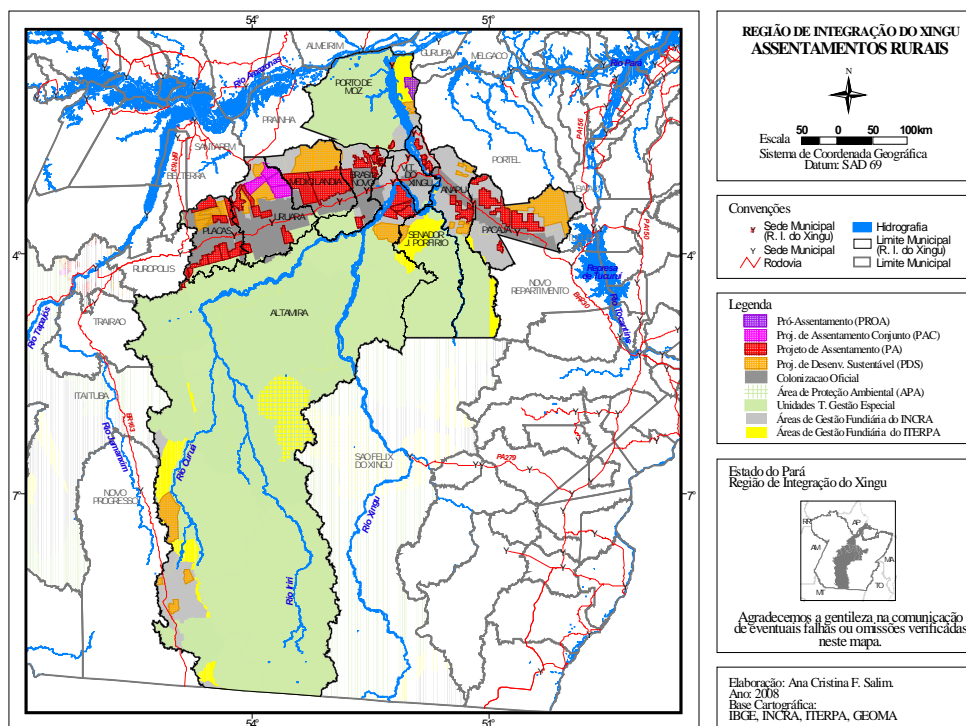
Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

O padrão de colonização estabelecido prioritariamente era destinado a pequenos proprietários e o assentamento se fazia na faixa de 10 Km das margens esquerda e direita da rodovia principal, a BR-230 ou Transamazônica. As terras destinadas aos colonos foram divididas em lotes de 100 ha tanto na faixa marginal (500 m x 2.000 m) quanto ao longo das estradas vicinais (400 m x 2.500 m). O projeto previa, também, a construção a cada cinco quilômetros de uma estrada vicinal e um travessão com duplo objetivo: penetração no interior do território e acesso aos lotes mais ao fundo e permitir o escoamento da produção agropecuária.

O projeto integrado de colonização (PIC), foi a primeira forma de assentamento rural realizado pelo Incra. Mediante incentivos fiscais, concessão de recursos federais e propaganda governamental, milhares de trabalhadores migraram para a região em busca das promessas de terras. Essa concepção foi modificada na década seguinte (1980), tendo surgido o Projeto de Assentamento. Dentro da sua concepção, o objetivo maior dos assentamentos rurais é servir a reforma agrária garantindo o acesso à terra a quem se propõem a produzir nela, fazendo com que ela cumpra a sua *função social*.

Os modelos de planejamento territorial de acesso a terra posteriores apresentam, além da necessária função social da terra, a dimensão ambiental e a perspectiva do desenvolvimento sustentável (projeto de desenvolvimento sustentável e projeto agroextrativista).

O mapa 1 demonstra a intensidade da ocupação planejada da terra no corredor da rodovia Transamazônica entre Pacajás e Placas entre 1970 a 2000.



Mapa 1. Colonização Oficial e Assentamento na Região de Integração do Xingu (Pa)

### Do urbanismo rural à urbanização do território

Na Amazônia, ao longo do processo histórico, as cidades têm exercido papéis importantes na estruturação do espaço regional. Além das funções que ela preside no funcionamento do mercado seja como espaço moradia da força de trabalho, seja nas atividades econômicas (comércio e serviços) ou mesmo a função político – administrativa, as cidades tem se constituído em bases logísticas de ocupação e organização do território. No povoamento do espaço regional, as cidades representaram pontos de lança de ocupação territorial, lugares de ressocialização do migrante e, ao mesmo tempo, como organizadoras do mercado de trabalho regional (Becker et all,1992).

Na década de 1970, a expansão da ocupação territorial através de frentes pioneiras se estabeleceu, essencialmente, como fronteira urbana (Becker,1980). Mais recentemente, frente ao avanço da ocupação e da diversificação e intensificação do uso do território, as cidades passam a exercer papel completamente novo na estruturação do processo produtivo regional (Becker ,2011).

Para Machado (1999), urbanização e povoamento estão associados ao conceito de “sistema de povoamento”, que “compreende um conjunto de nódulos (vilarejos, vilas e cidades), as redes de comunicação que os interligam e o equipamento e a informação que possibilitam essa conexão em um dado território”.

A urbanização do território exerce papel central na estrutura do povoamento, “é a gênese quase instantânea, em um grande território, de um sistema urbano que é, simultaneamente, a condição e o produto do sistema de povoamento da região” (Machado,1999). Para a autora, o povoamento regional recente e o seu “sistema” urbano “é o produto de dois tipos de ordem: a organização intencional, impulsionada pela ação governamental, das empresas e das instituições, e a ordem espontânea (auto-organizativa), produzida pelo mercado (de terras, de trabalho, de bens, de serviços, etc.), pela ação das estruturas sociais coletivas e pelos indivíduos” (Machada,1999).

### O urbanismo rural<sup>1</sup> e a ordem intencional do novo sistema de povoamento

<sup>1</sup> O urbanismo rural ou planejamento urbano-rural consistia em uma estratégia de colonização da Amazônia, baseada no conhecimento técnico da área, no planejamento físico-espacial, sociocultural e econômico, visando ao “desenvolvimento integrado do meio rural” (CAMARGO, 1973, p. 4).

Segundo Machado(1999), entre 1970 e 1990, especificamente, o conjunto de ações públicas do governo federal na região, como a implantação de redes infra-estruturais, uso dos recursos naturais através da implantação de polos de desenvolvimento (agrícola, minerador, madeireiro) tinham como objetivos: direcionar, seletivamente, o fluxo migratório, e de integrar a região ao resto do país; de fixação do povoamento/diferenciação do espaço regional e de estímulo à produção de mercadorias para o mercado nacional e internacional.

Nesse contexto, a política de urbanização era diretamente induzida pelo Estado ou sob sua tutela. Partia da concepção da cidade como elo de comunicação e elemento da infraestrutura (SUDAM,1976a;1976b). As implicações dessa concepção na urbanização regional foram significativas. Conforme Machado,1999:

A implantação de núcleos urbanos foi parte essencial da estratégia de ocupação induzida da fronteira. Inicialmente os núcleos urbanos cumpriram algumas funções estratégicas como receber e agregar populações imigrantes e dar suporte às atividades rurais, com a oferta de bens e serviços de apoio à produção rural. Com a expansão e urbanização, a estrutura que fundamenta o sistema de povoamento regional torna-se claramente urbana (Machado,1999).

A colonização oficial, implantada no eixo da Transamazônica (estado do Pará) associou a criação de nódulos urbanos à distribuição de terras. Muitas das novas cidades foram construídas de forma planejada, com financiamento e apoio técnico governamentais (Valença,1991).

A colonização oficial ao longo da Transamazônica previa um sistema composto de três pequenos núcleos urbanos hierarquicamente posicionados e com funções diferentes e complementares: Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas. No PIC - Altamira, entretanto, baseado em sistema que teria como ponto central de apoio uma cidade pré-existente, foram construídas, apenas, as agrópolis e agrovilas.

**Agrovila** : é a menor unidade urbana do sistema de colonização. É onde deveriam morar os colonos que assim o desejassem e de onde partiriam para os lotes localizados dentro dos travessões, que partem da estrada principal para o interior da floresta. Como infra-estrutura possuía, além das moradias dos colonos (48 a 100), um centro administrativo, uma escola primária, um templo ecumênico, um pequeno comércio (seção de uma cooperativa), e uma área para circulação, esporte, praça.

**Agrópolis**: um centro urbano agro - industrial e administrativo que tem por finalidade dar apoio à integração social no meio rural. É formada por um conjunto de agrovilas e exerce influência socioeconômica e administrativa numa área em que podem estar situadas até 22 agrovilas. Possuía moradias para técnicos, colonos, posto médico, mercado, clubes e um mais amplo setor administrativo, assim como diversos escritórios de entidades que atuam na área como INCRA, ACAR, FSESP. É uma área para receber colonos que chegam de outras regiões para trabalhar (Camargo,1973). As agrópolis deveriam ser comunidades com capacidade para comportar até 1.000 famílias, numa hierarquia urbano - rural, situadas a cada dez quilômetros, que seriam centros administrativos equipados com escola de segundo grau, um hospital, indústrias leves e depósito da CIBRAZEM.

A **rurópolis** seria a mais elevada na hierarquia e deveria servir como sede administrativa, numa distância de 200 Km, e com capacidade para abrigar aproximadamente 200.000, pessoas com serviços ampliados de escolas técnicas, bancos, hotéis e aeroporto.

As Cidades antigas cortadas pela Transamazônica, como Marabá e Altamira, receberam recursos para equipamento e para expansão do tecido urbano e para o exercício de comando do sistema de povoamento projetado. No conjunto, o objetivo da política governamental era ampliar o espaço de circulação de informação, de mercadorias e de trabalho, e estimular a gênese do sistema urbano. Todavia, ao longo do tempo, a direção e a intensidade desses fluxos, embora sensíveis à ação governamental, apresentam uma dinâmica própria.

## O Crescimento Populacional e a Urbanização do Território

Em 1950 a população da região de Integração do Xingu era, em sua maioria, concentrada no espaço rural, cerca de 76% do total da população. Os dados dos censos de 1950 e de 1960 referem-se apenas aos municípios de Altamira e Porto de Moz. Até então, os demais municípios não existiam. Na década de 1960, a população total cresceu 63,8% em relação à década anterior e manteve a grande maioria, 75,5% ainda na zona rural. O interior do território era habitado basicamente pela sócio-diversidade indígena.

As políticas de integração nacional, ao promoverem aberturas de estradas e novos eixos de penetração e de interiorização do povoamento e, ao mesmo tempo, a ocupação planejada da terra (PIC - Projeto Integrado de Colonização), redefiniram o aporte demográfico regional. O urbanismo rural projetado e constituído por Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas, e o povoamento espontâneo deram origem a uma nova estrutura de povoamento ao longo da rodovia Transamazônica e de forma perpendicular ao rio Xingu. Emerge um novo padrão de povoamento, o padrão rodovia - terra firme. A ordem intencional e espontânea do novo sistema de povoamento permitiram o surgimento das cidades de Rurópolis Presidente Médici (a única rurópolis projetada), Brasil Novo(ex-agrópolis) e de Medicilândia e Uruará(ex-agrovilas). Pacajá possui a especificidade de ser uma localidade de origem espontânea.

Em 1970 o crescimento populacional foi de 76,9%. Em Altamira, a população urbana dobrou, entre o ano de 1960 e o de 1970, muito mais do que a rural, que aumentou 9,2%. O fato mostra que a referida sede municipal já se afirmava como centro sub - regional no contexto das relações econômicas e políticas regionais circunscritas à dinâmica dos fluxos e da atividade comercial que se estabeleciam por meio dos cursos d'água, bem antes da década de 1970, que marcaria profundamente a estrutura espacial e socioeconômica regional.

Se, na década de 1970, com os novos fluxos populacionais estimulados pela abertura da rodovia Transamazônica e pela colonização dirigida, a taxa de crescimento anual foi de 11,73% para a região do Xingu, na década de 1980, a taxa cai para 9,04%, em decorrência de uma redução do movimento migratório. A redução dos fluxos migratórios se associa à retração das políticas públicas para a região amazônica como um todo e influencia no projeto de colonização.

Em termos municipais, o impacto da retração da ação planejadora do Estado é diferenciado. Senador José Porfírio e Porto de Moz apresentaram índices menores de crescimento populacional por se localizarem fora dos fluxos que passaram a ocorrer pela rodovia, portanto fora da área de influência da Transamazônica e da ação colonizadora do INCRA. Respectivamente, as taxas de crescimento anual foram de 7,82% e 4,73%, entre 1970 e 1980. Na década seguinte, Senador José Porfírio conheceria um boom populacional decorrente da atração exercida pelas jazidas auríferas em suas terras, com um crescimento de 18,01% ao ano, entre 1980 e 1991. O garimpo nas áreas de Ilha da Fazenda e Ressaca imprime uma nova dinâmica populacional no município.

Na década de 1990 ocorreu um aumento da população de Altamira. Quando se observa o crescimento demográfico urbano em Altamira nos demais anos apontados na tabela 3, conclui-se que, entre 1970 e 1980, o aumento dessa parcela foi de 213%; entre 1980 e 1991, de 53,6% - já na fase de ocupação espontânea; entre 1991 e 1996, de 9,2%; entre 1996 e 2000, de 8,7%. O desmembramento político - administrativo dos municípios de Vitória do Xingu<sup>2</sup> e Anapu, atestou diminuição do tamanho da população de Senador José Porfírio. Importante ainda considerar que o declínio da produção aurífera na região da Volta Grande do Xingu contribuiu para a redução populacional naquele município.

Apesar de que em números absolutos a população rural é superior a urbana na região, a tendência é o processo de urbanização do território expressa de diversas formas. Por um lado pelo ritmo de crescimento populacional urbano em relação ao rural. Por outro como acentua Machado(1999): a tendência é a afirmação e não negação da tese da dominância da urbanização no sistema de povoamento. "Como nexos e referenciais do sistema de povoamento, a urbanização permanece dominante, a despeito da mudança na localização da população. Quer dizer, a urbanização apresenta um desenvolvimento intensivo nas cidades e extensivo no território. A população localizada na área rural não está dissociada do sistema de povoamento de base urbana, seja do ponto de vista político (articulação institucional), econômico (articulação com mercado e serviços de apoio técnico) e cultural (expectativas referenciadas ao modo de vida urbano)"(Machado,1999).

---

<sup>2</sup> O município de Anapu foi desmembrado de Pacajá e de Senador José Porfírio, em 28 dezembro de 1995; enquanto que o município de Vitória do Xingu foi desmembrado em 13 de dezembro de 1991 de Altamira, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

Municípios	População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970-2010.						
	Situação do Domicílio	Anos					
		1970	1980	1991	1996	2000	2010
Região de Integração Xingu	Urbana	7.630	30.312	70.442	90.130	120.882	186.077
	Rural	18.209	34.380	142.227	156.972	142.427	154.279
	<b>Total</b>	<b>25.839</b>	<b>64.692</b>	<b>212.669</b>	<b>247.102</b>	<b>263.309</b>	<b>340.356</b>
Altamira	Urbana	5.905	26.905	50.145	54.235	62.285	90.068
	Rural	9.440	19.591	22.263	24.547	15.154	14.962
	<b>Total</b>	<b>15.345</b>	<b>46.496</b>	<b>72.408</b>	<b>78.782</b>	<b>77.439</b>	<b>105.030</b>
Anapu	Urbana	-	-	-	-	3.083	9.840
	Rural	-	-	-	-	6.324	10.653
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.407</b>	<b>20.493</b>
Brasil Novo	Urbana	-	-	-	3.067	4.371	6.912
	Rural	-	-	-	10.923	12.822	11.048
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.990</b>	<b>17.193</b>	<b>17.960</b>
Medicilândia	Urbana	-	-	3.109	4.158	6.759	9.622
	Rural	-	-	26.619	26.782	14.620	17.820
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.728</b>	<b>30.940</b>	<b>21.379</b>	<b>27.442</b>
Pacajá	Urbana	-	-	4.160	4.522	7.604	13.752
	Rural	-	-	26.617	21.673	21.284	26.300
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.777</b>	<b>26.195</b>	<b>28.888</b>	<b>40.052</b>
Placas	Urbana	-	-	-	-	3.534	4.856
	Rural	-	-	-	-	9.860	19.074
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.394</b>	<b>23.930</b>
Porto de Moz	Urbana	1.347	2.599	5.066	8.211	10.230	14.586
	Rural	6.176	9.206	10.341	15.911	13.315	19.365
	<b>Total</b>	<b>7.523</b>	<b>11.805</b>	<b>15.407</b>	<b>24.122</b>	<b>23.545</b>	<b>33.951</b>
Senador José Porfírio	Urbana	378	808	2.195	4.601	5.331	6.475
	Rural	2.593	5.583	36.815	18.283	10.390	6.623
	<b>Total</b>	<b>2.971</b>	<b>6.391</b>	<b>39.010</b>	<b>22.884</b>	<b>15.721</b>	<b>13.098</b>
Uruará	Urbana	-	-	5.767	8.078	13.753	24.405
	Rural	-	-	19.572	29.317	31.448	20.315
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.339</b>	<b>37.395</b>	<b>45.201</b>	<b>44.720</b>
Vitória do Xingu	Urbana	-	-	-	3.258	3.932	5.561
	Rural	-	-	-	9.536	7.210	8.119
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.794</b>	<b>11.142</b>	<b>13.680</b>

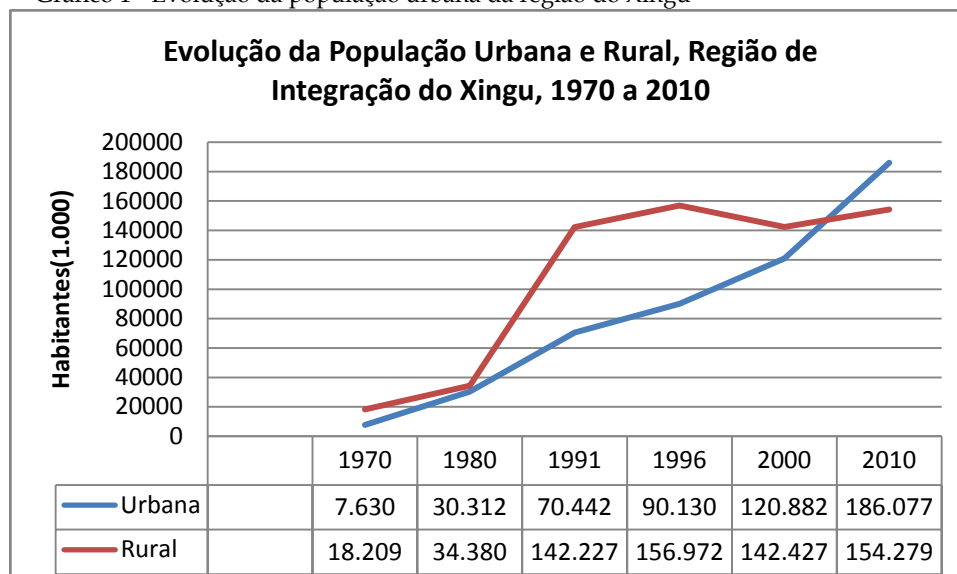
Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1970,1980,1990,1991, 2000 e 2010.Contagem da população, 1996.

Outro aspecto de grande importância a ser destacado é que a população urbana de Altamira cresceu, mesmo tendo decrescido a população total do município, entre 1996 e 2000, o que indica uma migração da zona rural para a zona urbana. Em relação a Senador José Porfírio, a maioria da população se concentra no campo, no espaço rural – 87,2% em 1980 e 94,3% em 1991, como consequência da exploração aurífera. Com o declínio dessa exploração verificou-se um êxodo rural. Entre 1991 e 1996 a população total do município reduziu em 57,23% e a rural em cerca de 67%. Parte dirigiu-se para a zona urbana do próprio município, que mais que dobrou. Entre 1996 e 2000, a redução foi menor, no total, 5,79%. A parcela urbana, novamente, apresentou aumento: 15,84%, equilibrando a perda na zona rural.

Enquanto Pacajá, Brasil Novo e Uruará apresentam incremento demográfico no último período, os demais municípios sofreram perdas substanciais em suas populações, especialmente nas áreas rurais. As causas do fenômeno podem ser buscadas na retração das lavouras tradicionais e na expansão da pecuária – que demanda menos mão-de-obra, assim como na dificuldade de acesso a terra e ao crédito rural.

A taxa geométrica anual<sup>3</sup> de crescimento populacional dos municípios de Uruará (4,79) e Brasil Novo (5,11), foram superiores, em muito, à média do Estado do Pará. O município de Pacajá (2,36) apresentou uma das mais altas taxas de crescimento populacional também da região do Xingu. Os municípios de Altamira, Anapú, Vitória do Xingu, Senador J. Porfírio, Medicilândia e Porto de Moz apresentaram no período entre 1996 e 2000, crescimento negativo. É preciso porém considerar que as taxas de crescimento populacional urbano foram positivas em todos os municípios integrantes da região do Xingu. Em Medicilândia e Pacajá as taxas foram superiores a 12% ao ano.

Gráfico 1 - Evolução da população urbana da região do Xingu



Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Contagem Populacional, 2007.

No período entre 2000 e 2007, os dados do Censo Demográfico de 2000 e a contagem populacional de 2007, atestam que a população urbana está crescendo em ritmo superior, em muito a população rural. Em alguns municípios como Brasil Novo, Senador José Porfírio, Uruará(ver Tabela 14).

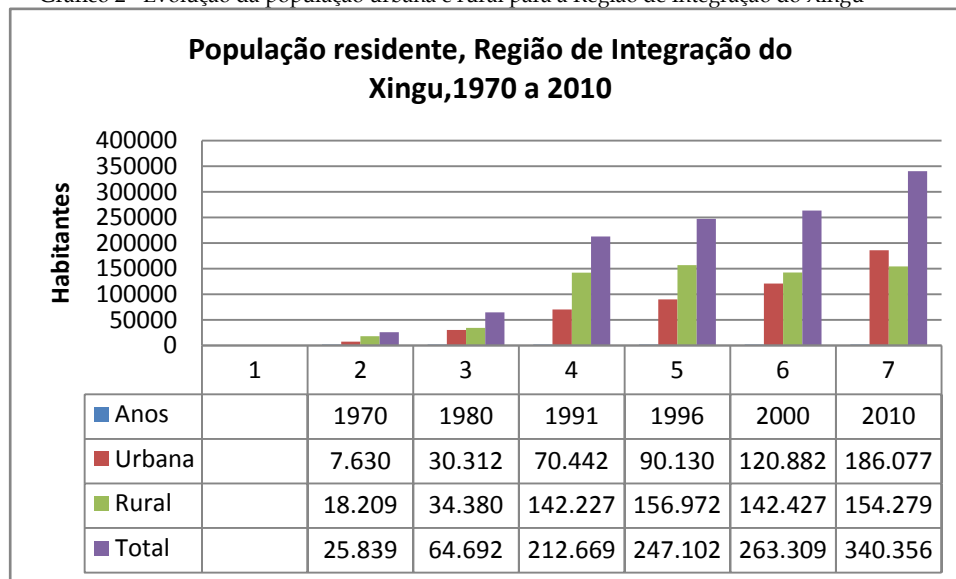
Ao abrigar cerca de 293.033 habitantes segundo a última contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (2007), distribuídos entre dez municípios<sup>4</sup>, a Região de Integração do Xingu é a 11ª. região de integração em tamanho populacional do estado do Pará. Com um ritmo de crescimento populacional de 1,70% ao ano, os municípios da RIX apresentam o seguinte quadro em termos de grau de urbanização: Altamira(74,55%), Uruará(54,44%) e Porto de Moz(50,53%) são os mais expressivos. Brasil Novo, Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Medicilândia apresentam taxas acima de 40%. Pacajás e Placas entre 22% a 35%.

O Gráfico 1 demonstra a evolução da população urbana e rural na Região de Integração do Xingu. Entre o último Censo Demográfico(IBGE,2000) e a última Contagem Populacional(IBGE,2007), a população urbana supera a rural em termos de tamanho populacional.

<sup>3</sup> Na última década, entre 1991 a 2000, a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente do Estado do Pará esteve no intervalo de 1,5 a 3,0 % ao ano.

<sup>4</sup> Almiria, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Anapú e Pacajás são os municípios que compõem a Região de Integração do Xingu.

Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural para a Região de Integração do Xingu



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2010).

### Das vilas às cidades: a municipalização do território, 1988 – 1996

Em 1980 existiam no Brasil 3.991 Municípios. Segundo dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, o Brasil conta com 5.563 municípios. No período entre 1980 e 2001 foram instalados 1.570 novas unidades político - administrativas. Segundo estudo realizado por François Bremaeker(2001,p.2), em termos relativos o crescimento do número de Municípios no período entre 1980 e 2001 foi mais intenso na região Norte (119,0%), seguido da região Sul (65,4%), Centro-oeste cresceu (64,2%) e as regiões Nordeste (30,3%) e Sudeste (18,3%).

Entre as Unidades da Federação, aquelas que apresentaram maior número de novos Municípios em números absolutos, no período entre 1980 e 2001, foram: Rio Grande do Sul (265) e Paraná(109) na região sul; Minas Gerais (131) e São Paulo (74) na região sudeste; Piauí (108) e Maranhão (87) no nordeste; Mato Grosso (84) e Goiás (75) no Centro - Oeste; e Tocantins (87) e Pará (60) na região norte.

No estado do Pará, foram criadas sessenta novas unidades político - administrativas. A maioria das novas sedes municipais surgiram a partir de núcleos urbanos que nasceram em função dos novos vetores de ocupação do território implantados desde a década de 1970. Obras de infraestrutura como rodovias, usinas hidrelétricas e projetos de exploração mineral, de agropecuária e de exploração madeireira induziram a ampliação do aporte migratório e a definição de povoados, vilas e cidades. Em termos regionais, as regiões de integração do Xingu, Araguaia, Lago Tucuruí, Carajás, Capim evidenciaram o maior número de processos de emancipação.



Tabela 2. Distribuição dos municípios brasileiros, segundo o período de instalação pelas unidades da federação. Amazônia Legal - 1980 a 2001.

Amazônia Legal/Unidades da Federação	Municípios instalados em				
	1980	1991	1993	1997	2001
Brasil	3.391	4.491	4.994	5.507	5.561
Rondônia	7	23	40	52	52
Acre	12	12	22	22	22
Amazonas	44	62	62	62	62
Pará	83	105	126	143	143
Amapá	5	9	15	16	16
Maranhão	130	136	136	217	217
Mato Grosso	55	95	117	126	139
Tocantins	52	79	123	139	139

Fonte: Bremaeker, F., Evolução do quadro municipal brasileiro, 1980 a 2001. Rio de Janeiro: Ibam, 2001.

Essas regiões foram palco dos processos de integração nacional, de implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, do projeto ferro Carajás, projetos de colonização oficial e foram definidas como espaços prioritários para os investimentos públicos no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento entre 1970 e 1990.

Município	Ato de criação	Data de instalação
Altamira	Dec. 1234 - 06/11/1911	01/01/12
Sen. J. Profírio	Lei 2460 - 29/12/1961	restaurado
Porto de Moz	Dec. 2805 - 10/12/1937	restaurado
Uruará	Lei 5435 - 05/05/1988	01/01/89
Medicilândia	Lei 5438 - 06/05/1988	01/01/89
Vitória do Xingu	Lei 5701 - 13/12/1991	01/01/93
Brasil Novo	Lei 5692 - 13/12/1991	01/01/93
Placas	Lei 5783 - 20/12/1993	01/01/97
Anapu	Lei 5929 - 28/12/1995	01/01/93

Quadro 1 - Municípios da Região de Integração do Xingu: ato de criação e data de instalação.  
Fonte: IBGE, 2001

Particularmente na Região de Integração do Xingu, seis(6) dos nove(9) municípios existentes foram criados no período anteriormente apontado. Praticamente todos se associam à colonização oficial direta ou indiretamente (Brasil Novo, ex - agrópolis; Medicilândia, ex-agrovila ou mesmo Rurópolis presidente Médiçi, hoje Rurópolis). Pré-existente a construção da rodovia Transamazônica e ao PIC Altamira, somente os municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

## À guisa de conclusão

Este texto privilegiou a análise da relação entre ocupação planejada da terra, assentamentos e cidades na região de integração do Xingu. Utilizando o conceito de sistema de povoamento, demonstra o papel das cidades na estruturação do processo de ocupação do espaço amazônico entre 1970 e 2000. Foi possível perceber que:

1. A dinâmica de ocupação da terra na região se associa diretamente a ação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principalmente, no que diz respeito a definição da política de colonização e assentamentos rurais desde a década de 1970;

2. A concepção integrada de colonização dirigida, presente na política de Reforma Agrária, elaborada na década de 1970, reafirma-se nas décadas seguintes, incorporando elementos importantes do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

3. A colonização oficial assentada no urbanismo rural, presente nas estratégias de ocupação do território nas décadas de 1980, 1990 e 2000 é ainda central no planejamento ainda que com modificações. Em parte, pode-se afirmar que tem contribuído para a ampliação do processo de urbanização regional, provavelmente objetivo de origem das políticas públicas dada a necessidade de formação do mercado de trabalho regional;

4. Finalmente, o processo de municipalização do território tem exercido papel fundamental na estruturação dos espaços nas margens da rodovia Transamazônica, principalmente no período de retração das políticas públicas regionais, presentes na década de 1980 e 1990;

Esses elementos são, portanto, fundamentais para que se compreenda que a associação entre a ocupação planejada da terra, assentamentos rurais e o surgimento de cidades e municípios na região Amazônica.

## Referências

- ARAGON, L.E. (Org.) População e meio ambiente na Pan – Amazônia. NAEA/UFPA, 2007.
- \_\_\_\_\_. População da Pan – Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2006.
- BECKER, B. A Crise do Estado e a Região: A Estratégia da Descentralização em Questão. In: Revista Brasileira de Geografia. 1984.
- BECKER, B. Amazônia, Geopolítica na Virada do III Milênio. Ed. Garamond. 2011.
- BECKER, B. ET ALL. Fronteira Amazônica. Questões de gestão do Território. Rio de Janeiro: UFRJ/UNB, 1992.
- BECKER, B. K. (2001b) Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? (versão preliminar), Rio de Janeiro, Laboratório de Gestão do Território/UFRJ.
- BREMAEKER, F., Evolução do quadro municipal brasileiro, 1980 a 2001. Rio de Janeiro: Ibam, 2001.
- CAMARGO, José Geraldo da Cunha. Urbanismo rural. Brasília, DF: Gráfica Gutenberg, 1973.
- CATAIA, M. A. A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região centro-oeste do Brasil durante o regime militar. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, 2006.
- DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. In: Espaço & Debates 24 - Poder local. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 1988. 124 p.
- HAESBAERT, R. Os Gaúchos no Nordeste: Desterritorialização-Reterritorialização. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2000.
- \_\_\_\_\_. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1991.
- \_\_\_\_\_. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1980.
- \_\_\_\_\_. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 1970.
- \_\_\_\_\_. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2007.
- MACHADO, L.O. (1999). Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. *Cadernos IPPUR*. (1). 109-138..
- MESQUITA, Z. Antenas, Redes e Raízes da territorialidade. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, (1991).
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: ed. Ática, 1993.

- ROCHA, G. M. A municipalização do território na Amazônia: fundação de cidades e a criação de novos municípios no estado do Pará (1982 - 1996). Belém: Numa/Edufpa. No prelo.
- ROCHA, G. M. A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político - territorial na área de Tucuruí. Tese de Doutorado. Usp.São Paulo, 1999.
- ROCHA, G. M. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e o desenvolvimento regional. In: Aragon, L. e Glusener-Godt, M. A problemática do uso local e regional da água da Amazônia. Naea/UFPa/Unesco.2003.
- ROCHA, G. M. Aspectos recentes da dinâmica demográfica da Amazônia. In: ARAGON, L.E. (Org.) População e meio ambiente na Pan - Amazônia. Belém: NAEA/UFPa, 2007.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VALENÇA, W.A Dimensão Urbana dos Impactos da Usina Hidrelétrica Tucuruí. Dissertação de Mestrado em Planejamento Energético. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.